

Agora, o governo não pode errar.

Os problemas de curto prazo para a administração da dívida externa só serão resolvidos, nos próximos dias ou semanas, com muita sorte e se não houver qualquer erro na condução do processo — admitem fontes oficiosas e particulares ouvidas pelo JT.

— A situação é crítica, mas não insuperável — afirmou um interlocutor privilegiado.

— Está muito difícil passar os próximos dias, inclusive pelo agravamento das condições psicológicas, determinadas pelas notícias de primeira página, negativas, do **New York Times** e do **The Wall Street Journal**, ambos retratando, em sua edição de ontem, os itens dramáticos das negociações.

Em sua edição de domingo, **O Estado de S. Paulo** anunciou que o Brasil iniciava a renegociação da sua dívida externa, o que foi entendido, por um banqueiro privado, como a divulgação de um fato que já se apresentava, nas últimas semanas, com a postura das autoridades frente aos banqueiros internacionais. **Solicitamos muitos milhões de dólares para passar o dia**, dizem essas autoridades a banqueiros particulares, com um certo respaldo dado pela posição norte-americana, exposta no apoio do presidente Reagan, do secretário do Tesouro Donald Regan e do presidente do FED (Federal Reserve Board, espécie de Banco Central norte-americano), Paul Volcker. “Ora — argumenta o banqueiro — isto nada mais é do que uma forma de renegociação.”

A visão menos pessimista indica que com o levantamento do empréstimo jumbo de US\$ 3,5 a US\$ 4 bilhões, mais a primeira parcela dos recursos do FMI (US\$ 1,5 bilhão), o Brasil poderá superar a situação até janeiro. A partir daí, poderia recomeçar um processo de **rolagem** dos compromissos, eliminando-se a angústia da busca diária de recursos na praça de Nova York.

Para esse quadro, é básico não só o acordo com o FMI — que ainda não está concluído — como o compromisso com uma política que permita a geração de recursos para o pagamento do serviço da dívida.

— Porém, a única coisa certa no Brasil, hoje, é que o déficit em contas correntes do balanço de pagamentos vai cair. Isto é indiscutível, porque não haverá mais recursos externos para pagar o excesso de gastos internos que realizamos. Todo o resto — inclusive as políticas cambial, monetária, de juros, salarial etc. — é discutível — afirma um especialista no setor externo.

Centários

As hipóteses para a gestão da dívida externa levam a dois caminhos: o da manutenção das negociações atuais, sem a ruptura; e o da cessação de pagamentos.

Na hipótese da cessação dos pagamentos, a quase totalidade dos produtos importados deixa de ser financiada, provocando grave escassez interna, eventuais racionamentos de itens críticos e maior recessão. Para essa hipótese, pode haver uma comunicação de cessação de pagamentos — caso do México — ou nenhuma comunicação — caso da Argentina. Ontem, o presidente do Banco Central argentino pediu aos credores — estimados em 400 — a renegociação da dívida já vencida, além de novas linhas no total de US\$ 2,6 bilhões, dos quais US\$ 1,1 bilhão de **bridge-loans** (curto prazo) e US\$ 1,5 bilhão de empréstimos de médio e longo prazo.

Na hipótese de manutenção do quadro atual, sem que ocorra cessação de pagamentos mas ao contrário acertem-se os novos créditos (FMI, jumbo, BIS — Bancos de Ajustes Internacionais), o ajuste na política econômica interna será um fator essencial para permitir a **rolagem** da dívida. Nesse caso, o principal do ponto de vista do FMI será a questão fiscal — ou seja, uma redução substancial dos gastos do governo e das suas empresas — simultaneamente à geração de um superávit comercial expressivo

(Fábio Pahim Jr.).